

Os sentidos urbanos na Avenida Doutor Lisboa em Pouso Alegre-MG*

*Ana Eugênia Nunes Andrade***

Resumo. O artigo tem como objetivo discutir os (re) significados históricos da Avenida Doutor Lisboa em Pouso Alegre-MG, a partir das políticas de urbanização e higienização instituídas no final do século XIX e início do XX. Com isso procuramos indagar os discursos dos documentos oficiais, as obras memorialistas e o papel da imprensa na propagação dos conceitos de progresso e civilização criticando a contraposição entre o urbano desenvolvido e o rural atrasado frente às transformações ocorridas na vitrine da cidade. Pretendemos, ainda, refletir sobre os conflitos sociais constituídos em torno deste espaço público, possibilitando uma nova abordagem historiográfica.

Palavras-chave: Avenida Doutor Lisboa; Urbanização; Cidade.

The urban meanings of the Avenue Doutor Lisboa in Pouso Alegre MG Brazil

Abstract. The historical re-significations of Avenue Doutor Lisboa in Pouso Alegre MG Brazil are provided through the urbanization and hygienization policies at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. Discourses in official documents, memorialist works and the role of the press in the spreading of the concepts of progress and civilization are debated. The counteraction between urban development and the backwardness of the hinterland are highlighted within the context of the transformations in the city. Further, the social conflicts around the public space are investigated and a new historiographical approach becomes possible.

Keywords: Avenue Doutor Lisboa; Urbanization; City.

* Artigo recebido em 28/03/2013. Aprovado em 03/08/2013.

** Professora de História da Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG, Brasil. E-mail: anacugeniapa@uol.com.br

Los sentidos urbanos en la Avenida Dr. Lisboa en Pouso Alegre (Minas Gerais)

Resumen. Este artículo tiene como objetivo discutir los (re)significados históricos de la Av. Dr. Lisboa en Pouso Alegre (Minas Gerais), a partir de las políticas de urbanización e higienización instituidas a fines del siglo XIX y comienzos del XX. Con ello, tratamos de indagar los discursos de los documentos oficiales, las obras memoriales y el rol de la prensa en la difusión de los conceptos de progreso y civilización, criticando la contraposición entre lo urbano desarrollado y lo rural atrasado frente a las transformaciones operadas en la vidriera de la ciudad. También queremos reflexionar sobre los conflictos sociales constituidos en torno de este espacio público, posibilitando un abordaje historiográfico.

Palabras Clave: Av. Dr. Lisboa; Urbanización; Ciudad.

No final do século XIX, a Rua do Imperador, atualmente conhecida por Doutor Lisboa, foi remodelada. A prioridade de embelezamento das ruas e artérias centrais da cidade [Pouso Alegre, MG] demonstra a real dimensão da capacidade do poder público em readequar o espaço público construindo um conjunto arquitetônico formado pelo Teatro Municipal, pelo Grêmio Literário e Recreativo, pela Cadeia Pública Estadual e pela Estação Ferroviária. As elites locais promoveram a construção dos edifícios oficiais, consolidando-se a demarcação da área central por obras monumentais.

A Resolução nº 938, de 8 de junho, publicada em 1858, revoga as Posturas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. O documento regulariza a organização da cidade. No artigo 33, o texto indica que “nas concessões de terrenos ou lugares para a construção da casa, ou casas, a Câmara deverá regular-se de sorte que a povoação comece do centro para os lados” (LIVRO DA LEI MINEIRA, T. XXIV, PARTE 1º, f. n. 10, 1858).

A política de urbanização pautada nos ideais higienistas chega à cidade nos tempos imperiais. O documento de posturas no Artigo 45 – “proíbe lançar imundícias de cheiro desagradável, ainda que seja por encanamentos que as

despejem”, os moradores não podem criar porcos no interior dos pátios e hortas. O Código de Postura também obriga os moradores a conservarem suas moradias estipulando a data de 15 de abril de cada ano para que sejam “rebocadas e caiadas as paredes exteriores de suas casas”, a medida era direcionada aos donos, inquilinos ou agregados e a multa de 2\$ a 8\$000 réis e o dobro nas reincidências. Além disso, o controle social é uma preocupação do governo que proíbi os festeiros e pedintes de esmolar pela cidade sem licença da Câmara Municipal, a multa desta contravenção custava 4\$000 réis, e o valor de 8\$ a 16\$ réis e o dobro para as reincidências. O centro da cidade foi cenário das fiscalizações do agente da polícia do município durante o Império e as pedidas excludentes se fortalecem no início do século XX.

Os médicos higienistas do Brasil voltam às políticas de saúde para aspectos clínicos da população e se preocupam com as precárias moradias e também com as condições sociais em que viviam os moradores. Ao discutir sobre os múltiplos sentidos da cidade, notamos que as medidas sanitaristas apontavam na direção daqueles que viviam à margem da sociedade. “O pobre é uma ameaça pelo potencial destrutivo quando se apresenta na forma coletiva (...) é ainda uma ameaça à sua própria saúde e à dos outros habitantes da cidade: seus corpos sujos e fracos seriam vítimas fáceis das doenças” (BRESCIANI, 2002, p. 27). Com este pensamento higienista são modificados os Códigos de Posturas, leis estas que regulamentavam o andamento da cidade, desde sua estrutura física pública chegando até os meios privados.

No final do século XIX foram iniciadas as obras que dariam traços e aspectos urbanos, especificamente na área central da cidade. Os memorialistas escreviam uma história da cidade que enaltecia a atuação de urbanistas, administradores e políticos que, tidos como seus construtores, eram colocados acima “das tensões e disputas que a engendram e constituem como espaço vivido” (KHOURY, 2006, p. 14).

A área central da cidade era constituída pelos Largos da Matriz, da Cadeia e do Rosário. De acordo com o memorialista Otávio Miranda Gouvêa, no ano de 1873 surgiu o grupo artístico União e Progresso, que fazia apresentações na cidade com o objetivo de adquirir fundos para a construção de um teatro. Na Rua do Imperador, foi inaugurado em 1875, o Teatro e o Grêmio Literário, espaços de sociabilidades da elite local. O Teatro União foi doado ao município em 14 de fevereiro 1896, de acordo com documento lavrado em cartório, pertencente ao acervo do Museu Histórico Municipal de Pouso Alegre.

Nos primeiros anos do século XX, os ideais de progresso foram ganhando força na cidade, a elite local defendia em seus discursos uma melhor organização e reformulação urbana do espaço público. A Cadeia Estadual de Pouso Alegre torna-se um ponto de tensões e conflitos na cidade, quando se propõe a necessidade de prolongamento e embelezamento da principal avenida, a partir dos ideais de urbanização do início da República no Brasil.

No ano de 1931 são demolidas a Cadeia Pública e a Praça Evaristo da Veiga e concretizado o prolongamento da Avenida Doutor Lisboa, na administração do prefeito João Beraldo foram desapropriados de dois quarteirões, concretizando o prolongamento da Avenida até a Estação Ferroviária. Possuído deste árduo desejo para com os avanços urbanos, o prefeito além de conseguir todo o espaço ocupado pela Cadeia, pela Praça Francisco Veiga, através da compra dos estabelecimentos comerciais e de casas, consegue desapropriar todo aquele espaço (...) “dotando a cidade de magníficos e modernos prédios, inclusive de um Grande Hotel, melhoramento de que tanto se ressentia a nossa cidade e para o qual concorreu a municipalidade” (BERALDO, 1933, p. 13-14).

No primeiro aniversário do Estado Novo, 3 de novembro de 1938, o prefeito Tuany Toledo assina o Decreto-Lei nº 11: “a atual avenida Dr. Lisboa

passa a denominar-se avenida Benedito Valadares em homenagem ao governador de Minas Gerais”. Na mesma semana, o jornal *O Município* exalta que Pouso Alegre muito tem lucrado com a Instituição: Estado Novo. No texto, o periódico convoca a população para participar do espetáculo de inauguração, no dia 10 de novembro. Dez anos depois, a Cidade publica a Lei nº 2 de 28 de fevereiro de 1948: “o compreendido entre a Estação de Rede Mineira de Viação e o edifício do Forum retornará seu primitivo nome voltando a denominar-se Avenida Doutor Lisboa”. No dia 25 de abril, o mesmo jornal retorna a celeuma em torno do nome da principal avenida:

O governo discricionário, implantado em 1937, não respeitava a vontade popular, nem submetia à sua consulta decisões que diziam de perto com o interesse do povo (...) e assim prossegue: “nunca o povo se conformou com a troca. Impossibilitado de manifestar abertamente o seu protesto, aguardava, confiante, o advento do regime da liberdade para fazer valer sua vontade. A Câmara interpretou a vontade do povo, determinando a volta do nome do Dr. Lisboa à principal avenida da cidade. No coração do povo não se entra pela força nem pela violência (A CIDADE, 28 fev. 1948).

Na Avenida eram festejadas as comemorações de aniversário da cidade, os desfiles carnavalescos, as paradas cívicas e os comícios políticos. Com o passar dos anos, o comércio formal é intensificado, imigrantes italianos e moradores da cidade dão outra conotação social a principal artéria de Pouso Alegre, destacamos os pontos comerciais: Hotel Ferreira, Pouso Alegre Hotel, Farmácia Pagliarini, Casa Roque, Casa Andare e Casa Vitale.

O apito do trem sacode a avenida

Com a chegada da Rede Mineira de Viação em Pouso Alegre, em 1895, o comércio e as dinâmicas sociais e culturais da cidade foram alterados. “O chão tremia, pois até aqueles instantes de euforia, nunca houvera sentido aquele ensurdecedor tremelique, foguetes espocavam nos ares discursos, palmas, inundavam aquele recanto jubiloso” (OLIVEIRA, 1900, p. 81). Desde o início,

o prédio da Estação Ferroviária é visto pela população como símbolo de progresso para a cidade. A chegada do primeiro trem foi um acontecimento notável para os políticos da Capital Federal, do Estado e do município. “A locomotiva exalava suores por todos os poros, fervilhante, com apitos longos: era o monstro de ferro saudando o grande acontecimento” (OLIVEIRA, 1900, p. 81).

Os trilhos da Estrada de Ferro Sapucahy mudam a mentalidade dos administradores, tudo que se encontra ao redor do prédio da Estação precisa ser remodelado nos moldes urbanísticos do desenvolvimento. A Rede Mineira de Viação foi de suma importância ao município, pois ela dinamizou a atividade comercial na cidade de Pouso Alegre, no sentido de escoar uma parte significativa da produção agrícola do município. Além da relevância econômica para a cidade, a estação ferroviária constituiu-se como um novo espaço de sociabilidade, pois pelos trilhos do trem, viajantes traziam informações, histórias e culturas de outras regiões do país.

Ao propormos o estudo sobre a cidade, a partir da Avenida Doutor Lisboa, buscamos compreender os processos de integração e interação dos sujeitos e grupos sociais que participam de seu entorno. Entretanto, descrever tão somente as transformações e construções urbanas não nos possibilita compreender a cidade enquanto espaço de disputa e sociabilidade.

Poderia falar de quantos degraus são feitos as ruas em forma da escada, a circunferência dos arcos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos, mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. [...] Mas a cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serraduras, entalhes, esfolados (POSSAMAI, 2007, p.14).

Defendemos a cidade como um espaço conflituoso permeado de discursos e choque de interesses. Política e poder, domínio e subordinação,

glória e fracasso são umas das facetas paradoxais diariamente vivenciados no meio citadino. Dessa forma, a dialética apresentada é cotidianamente materializada nas formas físicas da cidade e preservada ou omitida na memória social ao longo do tempo. Do mesmo modo, a própria vida cotidiana passa por processos de construção social.

O uso da memória na história possibilita a compreensão do passado para nos guiar no entendimento do presente, tendo em mente que através do exercício da investigação histórica, observamos, de maneira especial, os modos como os sujeitos históricos lidam com o passado e como o passado continua a interpelar o presente enquanto valores.

Urbanidade rural

Na década de 1930, o Prefeito Dr. Vasconcelos Costa promoveu reformas urbanas na cidade. Entre elas, foi criada uma das principais praças do município, a Duque de Caxias. As transformações estabelecidas na cena urbana pousoalegrense provocam novas reflexões sobre os conflitos sociais e culturais dialéticos entre o campo e a cidade.

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas (WILLIAMS, 2011, p. 471).

Nas publicações impressas, observamos um discurso ideológico institucional que legitimava o comércio como principal atividade econômica do município e a ele era atribuído os aspectos de desenvolvimento da cidade. Também é notório que a diversidade na produção agrícola e a divisão do território designado ao cultivo em pequenas propriedades compunham a retórica do discurso oficial. Entre as variadas produções destacam-se as lavouras de arroz, feijão e milho. Além da elaboração regional do polvilho, da

rapadura e do melado para comercialização. O comércio era fomentado também por itens e serviços industrializados, ou manufaturados, tais como: guarda-chuvas, chapéus, tecidos e roupas. Habitualmente, as casas comerciais ficavam instaladas no centro da cidade.

Cabe ressaltar que a economia do município durante esse período era predominantemente agrária. Sendo assim, as relações entre o campo e a cidade eram ainda mais íntimas. Outro fator importante a ser considerado, segundo dado do IBGE, é que a população brasileira era em maioria rural. Sendo 30% habitantes, entre homens e mulheres, urbanos contra 69% habitantes rurais. O desenvolvimento industrial promovido pelo então Presidente da república Getúlio Vargas, atingia principalmente as cidades de São Paulo e a capital federal, Rio de Janeiro. Ao passo que, a cidade de Belo Horizonte, integrou-se ao discurso político cultural do Estado Novo na própria década de 1940. Sobre a administração do Prefeito Juscelino Kubitschek (1940-1945), a capital mineira sofreu processos auspiciosos de modernização urbana e transformação econômica.

Ao iniciar a década de 1950, denominada “anos dourados”, o Brasil recentemente havia se democratizado, almejando ser um país moderno e industrializado. Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, dava-se início a uma nova forma de poder denominado “populismo”, onde o presidente eleito trabalharia pelo país e seus trabalhadores, com promessas de libertá-los do subdesenvolvimento e instalar uma política de industrialização que transparecia baseado em grandes empresas estatais, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a Petrobrás e a Eletrobrás. Como podemos perceber, o Brasil estava se modernizando, tendo assim uma grande repercussão no governo de Juscelino Kubitschek.

Com uma visão desenvolvimentista, Juscelino procurou no período de seu governo, acelerar o desenvolvimento econômico do país. Em seu governo,

JK também propôs a integração entre as cidades interioranas com as capitais, pois delas advinham os produtos agropecuários que serviam como uma forma de sustento para as grandes cidades.

Porém, “a cidade aos poucos se constituía nas construções e remodelações, podendo denominar-se urbanidade no rural” (NUNES, 2009, p. 6).

Para nós não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora (...) chamamos a atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço. (...) O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações, garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação (RUA, 2002, p. 33-34).

A economia do município se constituía especificamente sob as atividades agropecuárias em conjunto com a indústria rural, principalmente na criação de rebanhos bovinos. Já os principais ramos industriais se destacavam na produção de latas brancas e litografadas, guarda-chuvas e sombrinhas, plantadeiras de arroz, calçados para homens e senhoras, sandálias em geral, banha de porco e seus derivados, laticínios em geral, vassouras de piaçava, móveis em geral, selas e arreios para montaria, sabão e saponáceo, bebidas em geral, massas alimentícias, doces, mortadela e presuntos, material para construção, artefatos de ferro e outros.

Mesmo predominantemente rural, aos poucos Pouso Alegre, nos discursos dos políticos e da imprensa, procurava se engajar nos ritmos desenvolvimentistas do país. Desde o final da década de 1930 era costumeiro ler-se em jornais matérias relacionadas à administração pública como: “Pouso Alegre sua beleza, seu progresso, sua administração” (O LINGUARUDO, Ano I, n. 51/ 52, 8 out. 1939) “Marcha para o progresso” (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, n. esp., dez. 1957) ou até mesmo “Pouso Alegre em marcha acelerada para o futuro” (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, n.

esp., dez. 1957). Que progresso seria esse que tanto os políticos e classes dominantes almejavam? Uma cidade modelo e funcional, afastando aos poucos tudo o que representava “atraso”?

Os aspectos rurais começam a ser realmente criticados enfaticamente pela imprensa a partir do fim da década de 1950. Nesta época, Pouso Alegre começa a receber o transporte de circulares urbanos e também regionais. A coluna respingos do Jornal Informativo Pousoalegrense será uma das propulsoras a esta crítica. Percebemos um tom elitizado a favor do progresso e do embelezamento da cidade. Em um primeiro momento, chama a atenção dos poderes públicos para uma “fiscalização rigorosa com a chegada dos ônibus, anti a balburdia e perigo que oferece o atropelo dos charreteiros e meninos desocupados, para os passageiros” (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, ano II, n. IV, 25 fev. 1958).

Na visão do jornal, os charreteiros e os meninos desocupados eram considerados um entrave para os denominados avanços da cidade, devendo ser ocultadas do espaço urbano, pois o “campo é associado a uma imagem do passado, enquanto a cidade era a visão do futuro, o retrocesso versus o progresso” (NUNES, 2009, p. 9).

Este desejo de progresso sempre esteve presente na mentalidade de uma classe elitizada da cidade, porém, quando transmitido nas páginas dos jornais, passava-se a ideia de que uma cidade toda era transformada por estes moldes. No entanto, a área central, onde se concentravam as famílias tradicionais e o comércio, era o foco das atenções das administrações que passavam. O comércio, sentindo o progresso crescente de nosso desenvolvimento e a fluência de pessoas das cidades vizinhas em busca de novidades, vem construindo belas vitrines (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, ano II, n. XVI, 10 mar. 1958, p. 2), a princípio, no intuito de elevá-lo e promovê-lo como também contribuir com a abundância de

luzes para o embelezamento de nossa principal área comercial e bela AVENIDA DOUTOR LISBOA (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, ano II, n. XVI, 10 mar. 1958).

Percebemos uma situação conflituosa: de um lado uma classe comerciante da cidade que influencia diretamente os políticos e de outro aqueles que ganham a vida informalmente, trabalhando na condução de pessoas utilizando de suas charretes e aqueles que são excluídos da sociedade, os pobres que mendigam para sobreviver, que deveriam ser afastados, considerados fatores de incômodo.

Aos pedintes, faz-se o questionamento: “A quem cabe reprimir a mendicância na cidade?” (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, ano II, n. IV, 25 fev. 1958). Chama-se a atenção da administração para que se acabe com a prática da mendicância, pois na visão do jornal, Pouso Alegre “virou terra de ninguém e dia a dia aumenta o numero de pedintes” (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, ano II, n. IV, 25 fev. 1958, p. 5). A ideia que a notícia nos passa é que a cidade está sendo de certa forma dominada pelos pedintes, chegando a denominá-los como “ninguém”, pessoas à margem da sociedade, sendo necessário “colocar-se um paradeiro nisso, evitando-se que cheguem a nossa cidade novos mendigos”. Para maior controle da administração, chega-se sugerir que se efetue um “fichamento dos existentes e permitindo-o esmolar apenas aos possuidores de placas de identidade e isto só aos sábados”.

Nas demais colunas deste mesmo jornal, chamar-se-á atenção das autoridades públicas a respeito ainda das carroças “durante as primeiras horas da manhã perturbando o sono e repouso dos pousoalegrenses”. As charretes e os animais, no entanto, também tumultuavam o trânsito na área central, trazendo certas insatisfações por partes dos motoristas, enquanto também se percebia o descaso da administração pública com as placas de sinalização.

Contudo, o periódico “O Linguarudo”, encerrando uma de suas matérias sobre certos problemas na cidade, adverte sobre a questão da limpeza do espaço urbano questionando a Delegacia Sanitária do “por que não acabar com os cortiços em pleno centro da cidade”. O que nos chama a atenção são os “cortiços” que tiram a beleza da cidade. Recebe esta denominação os espaços desprovidos de certos asseios higiênicos exigidos pelos moldes governamentais e discursos da época. O discurso político da época nos deixa claro que “as propostas de intervenção no traçado das cidades constitui a dimensão complementar das preocupações sanitárias das autoridades públicas” (BRESCIANNI, 1998, p. 255).

Percebemos que a imprensa e os políticos enfatizavam em seus discursos a importância de uma cidade organizada e limpa, mantendo a imagem de um espaço harmônico, em uma cidade que aos poucos vai se urbanizando, conferindo, assim, um espaço moderno. A avenida Dr. Lisboa refletia muito bem o início do desenvolvimento urbano e industrial de Pouso Alegre. Com o processo de urbanização da cidade, o centro ganha uma nova aparência. “Construindo a memória e o esquecimento desse urbano, jogando com a visibilidade e invisibilidade dos traços da cidade” (POSSAMAI, 2007, p. 60).

Novos traçados urbanos

A cidade sofreu transformações, a Praça do Obelisco foi remodelada em 1948, o calçamento tomando lugar do chão de terra, a presença de mais residências, formando-se um novo centro da cidade. As construções e reformas delineavam uma nova imagem da cidade.

O aspecto majestático dessas construções, bastante diversas em suas formas e materiais, reunindo com frequência estilos de várias épocas e lugares (...) sugerindo assim primordialmente o poder da burguesia, um poder que deveria parecer grandioso, infinito e esmagador (BRESCIANNI, 1984, p. 42).

Na cidade, vendedores ambulantes vendiam seus produtos em pontos centrais, sendo alvo de diversas críticas providas principalmente dos comerciantes. As intervenções concentram-se na organização do comércio que são acentuados pela voz da imprensa no final da década de 1950.

Numa atitude de incômodo, “como se não bastassem os vendedores ambulantes com mercadorias espalhadas pelos passeios, os bancos e cadeiras, os vendedores de frutas, agora também os passeios servindo de tulhas” (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, ano II, n. XXIII, 25 maio. 1958) supostamente atrapalhando o comércio dos estabelecimentos fixo.

Em outra chamada percebemos a que ponto chega à ironia, quando em um tom de provocação o jornal convoca “Camelôs, ou melhor, vendedores ambulantes... venham todos para Pouso Alegre, por que isso aqui é o verdadeiro SHANGRI-LÁ [...] que o diga o Banco Hipotecário que vai abrir outra porta de entrada”.

A ideia das elites de promover a modernização da cidade a todo custo é abraçada pelos jornais que reforçam que a cidade estava sendo invadida pelas pessoas que ganham a vida com o comércio informal. O jornalista deixa ainda bem claro que havia uma pressão dos comerciantes para a saída dos supostos camelôs, quando deixa transparecer estar pedindo que se tome providências quanto “ao uso dos passeios de nossa bela cidade, pelos mascates e vendedores ambulantes que tanto deturpam os nossos foros de cidades civilizada e ainda prejudica o nosso comércio” (INFORMATIVO POUSOALEGRENSE, ano II, n. XVII, 25 mar. 1958 p. 2).

Considerações finais

Percebemos a necessidade da preservação da memória como forma de reconstituição de si mesma, uma memória viva e dinâmica, expressa nos comportamentos humanos, na constituição de grupos e de uma sociedade. Os

lugares da memória estão ligados a uma ritualização, ou seja, uma rede simbólica que os permeiam, permitindo a cada um que realize o exercício de relemburar, concebendo a história como um exercício que aglutina passado, presente e futuro.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da história. Momento de articulação onde a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória por que não há mais meios de memória (NORA, 1993, p. 7).

No campo da memória, percebemos um grande desafio perante a conservação, podemos assim dizer, uma grande luta de sobrevivência. A tradição é de suma importância para a preservação da identidade de um grupo social, suas práticas e realizações. Sendo assim, a memória “procura salvar o passado para servir o presente e o futuro, de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1996, p. 477). O trabalho do historiador não apenas visa ficar no passado, mas investigá-lo e conhecê-lo para escrever uma história, de cunho social.

Trata-se de enfatizar o trabalho de compreensão e crítica das diversas linguagens instituintes de memórias sociais, destacando a construção de temporalidades, projetos e sujeitos sociais. Tudo isso supõe a busca de materiais que nos possibilitam eleger momentos, processos e lugares significativos da experiência social de indivíduos, grupos e classes sociais e aí vislumbrar conflitos e tensões, articulações entre memórias hegemônicas e alternativas produzidas na experiência cotidiana de viver (FENELON, 2004, p. 43-44).

O espaço da cidade e as práticas em torno dela também trazem consigo toda uma rede de representações, de memórias que se entrelaçam construindo o saber e a visão de mundo que envolve os diferentes sujeitos. “Ao se fazer um estudo dos grupos sociais considera-se os significados das práticas coletivas de acordo com as ações dos sujeitos sociais e das convenções instituídas pelas comunidades” (CHARTIER, 2002, p.123).

A discussão busca um novo olhar da história, oposto às ideias tradicionais que priorizam apenas a grandes fatos e vultos. Esta pesquisa entende a História como o estudo do passado a partir da compreensão do presente.

Assim, a memória não pode ser vista simplesmente como um processo limitado de lembrar fatos passados, de importância secundária, trata-se da construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados às mudanças culturais.

Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para modos com os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida (FENELON, 1997, p. 18).

A partir da análise dos jornais, dos documentos oficiais e das narrativas memorialistas, observamos o posicionamento dos políticos na utilização deste espaço público, os (re) significados da Avenida Doutor Lisboa e as memórias dos sujeitos sociais vivenciadas e reorganizadas pela memória hegemônica. Pertencer à cidade implica vivenciar experiências sempre remodeladas ao longo do tempo. Estas práticas cotidianas são reconstruídas pelo pensamento e pela ação dos sujeitos sociais que criam a cada tempo outras cidades na cidade.

Partimos da seguinte reflexão: qual a função social destinada aos sujeitos históricos nos diferentes tempos? Quais os ressignificados atribuídos a Avenida Doutor Lisboa? Quais os elementos simbólicos desse espaço reconstruído ao longo dos anos? Como se estabelecem os conflitos do campo com a cidade: Quais os interesses políticos nas diferentes gestões?

Fontes em foco

Ao analisarmos as fontes históricas arquivadas no Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (MHMT¹), percebemos que a documentação referente à Avenida Doutor Lisboa prioriza os discursos modernizadores e silencia o cotidiano em diferentes épocas.

Durante as pesquisas com jornais de Pouso Alegre, percebemos em alguns momentos imagens fortemente traçadas pelos ideais republicanos, instaurados pela burguesia e pelo pensamento de progresso. Notamos que os periódicos, na maioria das vezes, eram dirigidos por políticos ou pessoas ligadas aos seus ideais. Torna-se evidente, através de suas publicações, quando se fala da “Marcha pelo progresso” a respeito do crescimento da cidade, ou quando se critica aqueles que governam o espaço urbano. A cidade aos poucos mascara os traços rurais e prioriza os aspectos urbanos. Torna-se evidente e clara a busca pelo crescimento e embelezamento da *urbis*, sendo necessárias diversas remodelações e reformas, principalmente no campo da saúde, fortemente destacado pelos discursos higienistas.

Através do trabalho com a imprensa, notamos, ainda, uma nítida disputa social, em que prevalecem os interesses de uma classe dominante, buscando atuar:

Na articulação de projetos, idéias, valores, comportamentos, na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social, em uma constante repetição e naturalização do cotidiano para gerar o esquecimento, formando assim uma visão imediata de realidade e de mundo (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261).

Para que possamos aprofundar os significados dos fatos cotidianos da época, o trabalho com a imprensa foi imprescindível. Há algum tempo, essa linha de pesquisa tornou-se crescente no campo da história, por retratar um contexto e uma linguagem social vivenciada na época, sendo um órgão de influência em diversos setores da sociedade.

Percebemos essa forte relação da imprensa com a investigação histórica, tornando-nos mais clara uma realidade vigente através dos movimentos políticos e sociais. A partir das informações da imprensa, podemos recuperar as contradições sociais que se expressam a partir das notícias dos eventos na cidade.

Trabalhamos também nesta pesquisa com livros de memorialistas. O trabalho do memorialista deve ser lido e analisado de acordo com seu tempo, levando em consideração as conotações positivistas em seus discursos. No entanto, não deixam de nos fornecer importantes contribuições que retratam uma época, podendo ser tomadas como fontes para esse estudo.

Contextualizar o documento que se coleta (...) “buscando assim (...) entender o texto no contexto de sua época, o significado das palavras e das expressões”. (...) Acima de tudo, o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu, desconfiando das fontes, das intenções de quem a produziu, sendo somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos (PINSKY, 2005, p. 64).

As discussões historiográficas sobre cidade, urbanização e relações sociais ganham mais impulso também com as novas abordagens da História Nova. Entendemos a cidade como um espaço vivo, que se movimenta e se modifica. A cidade é compreendida como produto de mudanças feitas pelo ser humano, tomando as mais diversas formas de acordo com os padrões de cada época. Devemos assim pensar os espaços urbanos:

procurando perceber como se foram estruturando, dimensionando seu momentos de transição, traçando sua evolução urbana, com vistas a eleger os espaços, marcos e monumentos de transição, traçando sua evolução urbana, com vistas a eleger os espaços, marcos e monumentos explicadores daquele chão. Marcos significativos dos vários agentes que aí atuaram, procurando registrar não a memória do apogeu, mas das transições, dos momentos revolucionários, dos silêncios intencionalmente soterrados, das persistências e das rupturas (MARTINS, 1994, p. 180).

A História precisa ser entendida com o conjunto de experiências humanas. Ao se fazer um estudo dos grupos sociais “considera-se os significados das práticas coletivas de acordo com as ações dos sujeitos sociais e das convenções instituídas pelas comunidades” (CHARTIER, 2002, p.123). Passamos então a observar a Avenida Doutor Lisboa através de suas mudanças, algumas muito significativas para a história local, sendo observada diferentemente das abordagens memorialísticas, como objetos de reflexão e crítica, buscando compreender o que não está dito na história oficial. Como percebemos, a diversidade das fontes contribui para o enriquecimento da pesquisa histórica, dando sentido a um determinado fato, sem se prender apenas a uma questão, abrindo o olhar do historiador para diversos âmbitos.

Nesta perspectiva, trabalhamos através da análise das fontes históricas (jornais, documentos oficiais e registros memorialistas), sendo este um ponto chave para a compreensão do desenrolar dos momentos históricos. “Os documentos que ‘falavam’ com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir” (PINSKY, 2005, p. 7).

A realização do presente estudo possibilitou a compreensão das transformações da Avenida Doutor Lisboa, no cenário histórico pousoalegrense. Para além de descrições memorialísticas, ao cabo desta reflexão foi feita uma discussão das práticas sociais vinculados aos mecanismos mais amplos da memória local, regional e nacional. Com isso, endossando uma construção crítica da historiografia produzida acerca do município de Pouso Alegre. “O historiador, portando, através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode chegar a descobrir ‘a dimensão social do pensamento’ (CHALHOUB, 1990, p. 16).

Com efeito, em linhas gerais, o conhecimento histórico não é um saber findado em si mesmo, é um constante processo (re) significado a cada nova

indagação do pesquisador em seu tempo presente. Logo, ao pensarmos o significado das práticas sociais no centro da cidade, devemos considerar sentidos plurais aos seus diversos usos e maneiras de viver.

Neste momento, reaparecem as regiões, de mãos dadas com a revalorização da memória. Ao olharem ao redor, as pessoas buscam encontrar elementos de continuidade, alguma quantidade de símbolos de permanência, certo legado do passado. [...] O 'lugar' e a 'região' respondem a demandas individuais e coletivas por segurança, continuidade histórica e pertencimento a algum tipo de comunidade de destino (MARTINS, 2009, p.139).

Sendo assim, nosso olhar histórico através da vivência dos sujeitos sociais na Avenida Doutor Lisboa possibilitou uma visão ampla da memória regional e local aos níveis institucionais e sociais. Em que, ora a ideologia citadina, em muitas vezes, inclina-se a subjugar e omitir os traços campestres da história municipal.

A representação de uma cidade moderna pautada na tecnologia e no progresso é a ordem instituída pela memória hegemônica. Novos espaços de produtos e serviços ligados a uma nova sociabilidade, novos hábitos de higiene e consumo, novas demandas geradas pela civilização moderna invertem os rumos na área central de Pouso Alegre.

Os jornais, as revistas, os arquivos de memorialistas e os documentos oficiais utilizados como fontes históricas em nosso trabalho fomentaram nossas indagações e nossa construção da narrativa historiográfica. Narrativa esta que se subscreve no espaço urbano pousoalegrense. Por sua vez, o espaço citadino tem como característica geral as lutas de classe em seus mais diversos âmbitos, como: cultura, economia, sociabilidade e afins. Com efeito, é impossível uma dissociação precisa entre as esferas conflitivas da vida social do homem em seu tempo histórico.

Referências

A CIDADE,. Pouso Alegre, 28 de fevereiro de. 1948.

BERALDO, João. *Administração Municipal de Pouso Alegre 1927-1932*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA. Lúcia Lippi (org.), *Cidade: História e desafio*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella. Metrópole: Aas faces do Monstro Urbano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, ANPUH, 1984.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora: UFRGS, 2002.

CRUZ, H. F; PEIXOTO, M.R.C. *Na oficina do Historiador: Conversas sobre história e imprensa*. In: Revista *Projeto História*. São Paulo, v. 35, p. 253-270, dez.SP: Educ, 2007.

FENELON, Déa Ribeiro (Org). *Muitas histórias, outras memórias*. São Paulo: Editora Olha d'Água, 2004.

INFORMATIVO POUSOALEGRENSE,. Número Especial,Pouso Alegre, n. espec., dezembro de. 1957.

INFORMATIVO POUSOALEGRENSE,. Pouso Alegre, ano II, n. IV, 25 de fevereiro de 1958, ano II, n. IV.

INFORMATIVO POUSOALEGRENSE. Pouso Alegre, ano II, n. XVI, , 10 de março de. 1958, Ano II, n. XVI..

INFORMATIVO POUSOALEGRENSE,. Pouso Alegre, ano II, n. XVII, 25 de março de. 1958, ano II, nº XVII.

INFORMATIVO POUSOALEGRENSE. Pouso Alegre, ano II, n. XXIII, 25 maio. 1958.

KHOURY, Yara Aun et. all. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, ed. Unicamp, 1996.

MARTINS, Ana Luíza. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: BRESCIANI, Stella (org). *Imagens da cidade: século XIX e XX*. São Paulo: Anpuh/Fapesp, 1994.

MARTINS, Ana Luiza. A renovada importância do regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2009.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: A problemática dos lugares. Revista *Projeto História*, São Paulo, n. 10, PUC, São Paulo, SP, p. 7-28, 1993.

NUNES, Carla Cristiane. *Campo, cidade, urbano e rural: Categorias e representações*. Juiz de Fora, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

O LINGUARUDO,. Pouso Alegre, ano I, Nºn. 51/ 52, 8 de outubro de. 1939.

OLIVEIRA, Antonio de Marques de. *Almanack do município de Pouso Alegre*., Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, hHistória e Vvistas Urbanas. *Revista História*. São Paulo,, nv. 27, n. (2), São Paulo: 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. Metáforas visuais da cidade. *Revista Urbana*. Campinas, ano 2, n. 2, 2007.

POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 53, 2007.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no Rio de Janeiro: Aalgumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel (orgs). *Estudos da geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

